

# **Imprensa estatizada e iniciativa privada no período pós- -Revolucionário: o exemplo dos semanários portugueses**

*Public sector press and private initiative in the post-Revolutionary period: the Portuguese weekly newspapers case*

**Helena Lima**

Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
hllima@letras.up.pt  
ORCID ID: [0000-0003-3023-6412](https://orcid.org/0000-0003-3023-6412)

**Resumo:** A imprensa portuguesa sai do período revolucionário de 1974-75 com o Estado a deter total ou parcialmente os principais diários de circulação nacional. Contudo, persistiram ou foram lançados jornais novos, de circulação nacional ou regional e local. Em termos de periodicidade e audiência, havia diversidade de publicações, englobando diários e semanários de implantação geográfica variável. Os diários de maior tradição e circulação permaneceram cerca de uma década no sector público. Este ciclo, caracterizou-se pela preponderância de notícias de política na agenda, que pode ser entendida como a continuidade do combate político nas redações verificadas após o 25 de Abril. Outra das linhas de evolução da imprensa para este período foi a de uma crise acentuada, marcada pelo decréscimo das tiragens, o desaparecimento de vários títulos e a sustentação global dos jornais através de uma política de subsídios (Carvalho, 1986). No final dos anos 80, gradualmente, na imprensa e o campo dos media em geral, surgiram novos projetos informativos, que se enquadraram na tendência da preponderância da agenda política e do militantismo partidário (Mesquita, 1994; Serrano, 2006, Lima, 2013), mas também outros títulos que procuraram caminhos editoriais distintos. As novas linhas editoriais levavam à divisão entre jornalismo de referência e formatos mais sensacionalistas, também no caso português. Construíram-se novos públicos e ressurgiu a publicidade, ditadas pela lógica de mercado. Este estudo procura caracterizar esse processo de transformação através da comparação entre duas dinâmicas distintas, a da imprensa estatizada e três dos semanários do setor privado. A metodologia assenta na abordagem das estratégias editoriais escolhidas pelo *Expresso*, *Semanário* e *Tal & Qual* e numa perspetiva de comparativa procurar delinear os respetivos figurinos informativos.

**Palavras-chave:** imprensa; jornalismo; imprensa estatizada; orientação editorial; semanários.

**Abstract:** The post 1974/1975 revolutionary period shaped the Portuguese press by a strong public sector that included the main national newspapers. However, new newspapers, with national or regional and local circulation, persisted or were launched. In terms of periodicity and audience, diversity was the rule in the form of daily and weekly newspapers of varying geographical coverage. The most traditional and widely circulated newspapers remained for about a decade in the public sector. This cycle was characterized by the preponderance of political news on the agenda, which can be understood as the aftermath of the political fight in that invaded newsrooms after the 25th of April 1974 Revolution. A main feature for this period was a sharp crisis, marked by the decrease in circulation, the death of several titles and the global support of newspapers through a subsidy policy (Carvalho, 1986). At the end of the 1980s, in the press and the media field in general, gradually new news projects emerged, however kipping the political agenda preponderance and the partisan activism (Mesquita, 1994; Serrano, 2006, Lima, 2013). However, other newspapers were launched opting for different editorial paths. The new editorial lines would lead to the division between quality journalism and more sensational formats. New audiences were built and advertising resurfaced, dictated by the market demands. This study seeks to characterize this transformation process by comparing two different dynamics, that of the public sector press and three of the private sector weekly newspapers. The methodology is based on the approach of the editorial strategies chosen by *Expresso*, *Semanário* and *Tal & Qual* and on a comparative perspective in order to outline each particular case.

**Keywords:** press, journalism, public sector press, editorial guidance, weekly newspapers.

## **Imprensa estatizada, intervenção política e crise dos jornais**

Após a aprovação do modelo constitucional em 1976, seguiu-se um novo ciclo marcado pela instabilidade governativa, em que os mandatos ditados pelas eleições não eram concluídos. Para a imprensa estatizada, esta rotação governativa trouxe problemas financeiros graves, mas também laborais. Neste setor foram criadas duas empresas públicas, a EPNC (Empresa

Pública Notícias e Capital) e a EPSP (Empresa Pública Século e Popular), sendo os demais diários considerados intervencionados e de capital misto. Com a sua criação pretendia-se facilitar a gestão, dado o estado em que ficaram os jornais depois do período revolucionário. O financiamento pelo Estado garantiu também a nomeação de administrações por parte dos governos, que iam rodando ao sabor dos ciclos políticos. Contudo, as perdas económicas continuadas e agravadas em anos sucessivos traduziam-se num peso muito negativo em termos de contas públicas, o que ganhou particular relevância nos “governos de austeridade”.

Uma das características centrais do período da imprensa estatizada foi o acentuar da crise nos jornais. Esta tendência refletiu-se em todos os setores e formatos e durante cerca de uma década, várias foram as vozes nos jornais que chamaram a atenção para o problema. Na sua origem, estariam, segundo uns, as graves perdas registadas na imprensa estatal e, segundo outros, os apoios indiscriminados que os sucessivos governos concediam aos jornais privados. Para além das acusações de um e de outro lado, todos eram unânimes em apontar alguns aspetos consensuais: a descida nas tiragens, o desaparecimento vários títulos e a subsistência de jornais através de uma política de subsídios. Estes, assumindo a forma direta ou indireta, subvertiam a real dimensão dos diferentes jornais.

Num estudo encomendado pelo Conselho de Imprensa, em 1978, revelava uma situação financeira grave: “O relatório elaborado por aquela reputada economista [Manuela Silva] apontava o valor de 1 611 418 contos para os prejuízos acumulados no conjunto da imprensa nacionalizada e intervencionada.” (Carvalho, 1986, p. 286). As políticas governamentais para o setor parecem ter consistido, para além da nomeação de chefias, numa prática de dotação de verbas.

A caracterização da crise deste setor tem múltiplas explicações: o passivo dos jornais herdado da ditadura, o aumento dos custos, o preço do papel e as perdas em termos de vendas. A forma como os diferentes governos geriram o problema pode ter contribuído para um agravamento da alternância governativa pode explicar, em parte, a falta de continuidade das políticas. A ausência de fiscalização e tratamento sistémico dos resultados verificados na imprensa pode ser visto em razão da rotatividade política.

Os diferentes governos constitucionais procuraram regulamentar o funcionamento do setor da imprensa: “Reestruturar os meios e órgãos de comunicação social, em parte na sequência das medidas já tomadas e em curso, no sentido da sua autossuficiência e do seu equilíbrio financeiro” (“Objetivos e Políticas do Governo”, Programa do I Governo Constitucional, 1976). Esta reestruturação passaria por uma definição do estatuto das empresas:

À exceção do *Diário de Notícias* e de *A Capital*, de *O Século* e do *Diário Popular*, pertencentes a empresas públicas, todos os restantes jornais ditos estatizados pertencem a empresas privadas, mas de que o Estado detém a totalidade ou a maioria do capital. Constitui exceção a empresa detentora do *Diário de Lisboa*, em cujo capital é dono de apenas um terço. Mas esta empresa deve ao sector público cerca de 110 000 contos, ou seja, mais do que vale. Está, como as restantes, em

regime de intervenção do Estado (“Objetivos e Políticas do Governo” — Programa do I Governo Constitucional, 1976).

Previa-se a reprivatização das empresas intervencionadas, desde que os trabalhadores estivessem de acordo, e a partir da constituição de cooperativas.

O I Governo definia também a nomeação das administrações: “Pertencer um jornal a uma empresa pública só em pequena medida lhe limita a independência. O Governo nomeia a administração, a administração escolhe a direção, e o jornal fica sob o controlo do conselho de informação, previsto na Constituição e já criado por decreto, em matéria de pluralismo ideológico” (“Objetivos e Políticas do Governo” — Programa do I Governo Constitucional, 1976).

A criação das empresas públicas tinha como objetivo a fusão de recursos, e foi fundamentada com uma avaliação do estado financeiro das empresas: “todas elas se encontram em situação de falência técnica e, apenas tendo podido subsistir à custa de empréstimos da banca nacionalizada, garantidos ou não pelo aval do Estado, devem hoje ao sector público — ultrapassa a sua capacidade de endividamento — mais do que valem” (“Objetivos e Políticas do Governo” — Programa do I Governo Constitucional, 1976). Depois de avaliar o património e atividade das quatro empresas, o documento orçava em mais de 800 000 contos o prejuízo acumulado. Previa-se a nacionalização das participações sociais privadas, o saneamento da dívida, mas também que a concentração de recursos se traduzisse num reequilíbrio financeiro.

Outra solução apontada pelo Decreto-lei nº 639/76, passava pelo encerramento dos jornais cuja viabilidade de tornasse insustentável. Esse encerramento decorreria também das situações em que não fosse possível a reprivatização. Contudo, os problemas não se resolveram e não se verificou a reprivatização das empresas de capital misto. O Estado manteve-as, bem como as prerrogativas inerentes ao poder de nomear administrações e chefias.

As empresas de capital misto *O Comércio do Porto* e *Jornal de Notícias* foram desintervencionadas em 1979. Em 1977, o governo decidiu suspender a publicação dos jornais *O Século* e *Jornal do Comércio*. Apesar do fecho deste jornal ter ocorrido em 1976 e *O Século* em 1978, os processos de liquidação dos dois títulos arrastaram-se. A *Empresa Pública O Século e Popular* (EPSP) deu lugar à *Empresa Pública Diário Popular* (EPDP) e à *Empresa Pública do Jornal O Século* (EPJS), ficando esta como a instituição responsável pelo pagamento das indemnizações. *O Século* voltaria a sair, com nova propriedade e direção em 1988, mas o projeto também não teve bom acolhimento e seria encerrado no ano seguinte.

A crise que afetou a imprensa levou ao persistente financiamento por parte do Estado, quer às empresas públicas quer ao setor privado. Em 1977, o II Governo Constitucional aprovou, como medida adicional, o subsídio de papel. Os vários governos com orientações políticas muito distintas mantiveram esta prática. O programa do VIII Governo Constitucional, por exemplo, defendia igualmente a modernização e garantia a liberdade para o setor. O secretário de estado José Alfaia defendia: “Para se alcançar esse desiderato impunham-se alterações

no plano institucional, profundas modificações da estrutura, ações várias de reorganização nas esferas organizativas do sector (...)” (Alfaia, 1983, p. 5). Contudo, a perspetiva em relação aos jornais estatizados era de continuidade:

Sendo a filosofia política do Governo no sentido da prevalência do sector privado, que razões têm pesado para o Governo continuar a manter o sector público jornalístico? É que as empresas públicas jornalísticas existentes têm publicações que se contam entre as maiores vendas do País. São publicações cujos títulos têm grandes tradições na sociedade portuguesa, beneficiando na sua difusão de enraizados hábitos dos leitores (Alfaia, 1983, p. 11).

Os jornalistas reconheciam a necessidade de reformulação da imprensa estatizada, mas numa perspetiva de gestão partilhada:

Toda e qualquer reestruturação só pode ser projetada e executada de acordo com a opinião dos trabalhadores (...); nunca poderá ser posto em causa o direito ao trabalho em qualquer sector dos trabalhadores da informação, nem anuladas ou limitadas as suas conquistas sociais ou salariais” (“Comunicado do Sindicato dos Jornalistas”. In *A Imprensa Escrita em Portugal*, 1979, p. 91).

Globalmente, os jornalistas mostraram-se intransigentes na alteração do modelo de gestão da imprensa estatizada. Para todo o período, os dados disponíveis são escassos e dispersos. Em 1979, o IV Governo orçamentou uma verba a fundo perdido de 423 000 contos para as EPs de comunicação social, mas onde não se mencionava a dotação da EPNC. 140 000 contos eram para subsídio de papel para os setores público e privado, além dos valores específicos por cada empresa. Em 1980, o orçamento subiu em 200 000 contos. Contudo, a atribuição de subsídio passou a depender do volume de vendas, pelo que o governo propôs um organismo de controlo da real dimensão da circulação e vendas, prevendo-se limitações nas verbas atribuídas, quanto a um número mínimo de exemplares vendidos e espaços atribuídos à publicidade. (Conselho da Imprensa, 1983)

Em 1982, o governo estimava que o Orçamento Geral de Estado tinha atribuído, entre 1978 e 1981, 715 000 contos para subsídio de papel à imprensa. Destas verbas, 190 400 contos foram atribuídos à EPNC e 197 000 à EPDP. Nesse mesmo ano, o governo atribuía mais 20 000 contos à EPNC, a primeira tranche de um total de 50 mil contos destinados a projetos de investimento. As empresas públicas não eram as únicas a receber apoios. Quase dois terços do subsídio de papel foram para o setor privado, já que o maior número de títulos correspondia à imprensa regional. Os gastos com a imprensa foram-se acumulando, bem como perdas continuadas.

Nas causas da crise podem indicar-se vários fatores, sendo as razões primordiais enunciadas pelo primeiro Relatório do Conselho de Imprensa, que responsabilizava as empresas

detentoras dos jornais, que ainda antes da Revolução procederam à modernização das estruturas industriais e contraíram empréstimos para sustentar essas transformações. Esse passivo ter-se-ia avolumado logo nos primeiros anos após a Revolução, com custos salariais e o preço do papel.

O passivo das EPs transitaram para o Estado, bem como o das empresas intervencionadas. As novas administrações nomeadas por sucessivos governos não foram capazes de gerir a dívida. Eventuais progressos dependiam de condições favoráveis para os jornais, como as vendas e publicidade. Contudo, as empresas publicitárias faliram no decurso do período revolucionário, o que se traduziu na perda de ingressos. Os custos com salários e novas contratações continuaram a crescer anualmente, em função da inflação. O preço do papel e a sua escassez também aumentaram, produzindo mais encargos. Uma das soluções encontradas foi o aumento do custo dos jornais, mas que pode ter levado a um decréscimo da procura. Outro indicador de perda de foi o facto de se ter deixado de publicar os jornais ao domingo.

A outra justificação estrutural para a crise dos jornais é a da falta de hábitos de leitura associada aos níveis de analfabetismo da população portuguesa

Na década de 80, vários governos declararam as empresas jornalísticas em “situação económica difícil”. Não é possível aferir em que medida este estatuto resolvia alguma coisa, uma vez que não se aplicava a figura jurídica de falência da empresa. Contudo, continuou a registar-se a aprovação de verbas para investimentos, para pagamento de salários e subsídios anuais, em aparente contradição com as medidas de austeridade.

Houve, contudo, um aumento de publicações periódicas, embora a maioria de curta duração. A sua estrutura financeira era muito frágil e os projetos tinham poucas hipóteses de sobrevivência. Não deixa de ser um paradoxo a existência de muitos títulos num país em que a população não tem hábitos de leitura. Todas as publicações nacionais e regionais recebiam verbas, sendo os apoios concedidos independentemente da circulação. Por outro lado, algumas publicações de circulação diária ou semanal eram claramente jornais com um perfil editorial político, ainda que não fossem declaradamente órgãos de partidos.

Alguns dos jornais deste período foram criados na sequência da Revolução, e no ciclo de crise tenderam a desaparecer, dado seu perfil editorial, vincadamente político. Joaquim Vieira aponta a normalização da vida política para justificar o seu desaparecimento:

De entre os títulos que a curta prazo desapareceram contam-se o “Jornal Novo”, e “A Luta”, sendo substituídos pela “Tarde” e “Portugal Hoje”, também de curta duração. O “Tempo” e “O Diário” sobreviverão ainda por mais de uma década, mas com uma influência cada vez mais diminuta. Casos notáveis de resistência são os de “O Dia” e do semanário “O Diabo”, fundado em 1975 por Vera Lagoa e posicionado à extrema-direita (Vieira, 1998, p. 278).

No início da década de 90, deu-se uma alteração significativa no campo dos media. Para além do aparecimento de novos títulos, imprensa especializada e a relativa liberalização do mercado televisivo, houve também a proliferação das rádios, sendo o espaço noticioso mais concorrencial, o que retirou público aos títulos nacionais tradicionais.

A sobrevivência dos jornais de circulação nacional acabaria por estar também ligada à questão das vendas. Segundo a legislação, a fiscalização cabia ao Conselho de Imprensa, mas este organismo nunca teve meios para o fazer. Nos relatórios, para além de se chamar a atenção para esta incapacidade por falta de dotação de meios, aparecem apenas dois registos de tiragens. Para o ano de 1979, são reportados apenas os números do mês de janeiro, sem indicar os resultados dos jornais estatais *O Século* e *A Capital*. O registo seguinte é o das vendas do primeiro trimestre de 1983, de acordo com dados divulgados pela *Associação da Imprensa Diária*, em valores brutos. Caberia às administrações fazer chegar os dados ao governo, mas o controlo de tiragens e sobras não era feito por uma entidade independente. Os dados oficiais eram publicados pelo *Instituto Nacional de Estatística*. Os critérios são, contudo, variáveis ao longo dos anos. Inicialmente, os valores correspondem a números absolutos de todas as publicações diárias e de outras de diferente periodicidade. O controlo das tiragens e a criação da *Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação* (APCT) só ocorreu em 1986, mas gerou grande polémica, tendo os jornais do Estado mostrado muita resistência a este mecanismo de aferição.

### **O jornalismo português em democracia: linhas editoriais e pressupostos teóricos**

A construção do sistema mediático português na III República é um processo complexo e que carece ainda de estudos monográficos detalhados, de forma a poderem ser aferidas linhas de evolução. É sabido que a forma como a imprensa e os demais media se estruturam nas décadas de 1980-90 resulta de um conjunto de processos de influência que radicam na ditadura, no período controverso que sucedeu à revolução de 25 de Abril de 1974, mas também de outros elementos estruturantes como a conjuntura política, condicionalismos económicos e os baixos índices de leitura e consumo de jornais.

A edificação do sistema mediático português levaria à sua integração no Modelo Pluralista Polarizado, definido na perspetiva de Hallin e Mancini (2004). O sistema público de gestão da imprensa, mas também o setor privado vocacionado para o combate político de alguma forma foram os elementos estruturantes vividos pela imprensa e demais meios, na década de 80, em Portugal. Os modelos de gestão e a criação de jornais com um propósito político podem ser entendidos como:

(...) a tendency to instrumentalization of media by politic and economic elites and they their use as tools of bargaining and manoeuvring among those elites, frequent state intervention and involvement in the media system, lesser development of journalistic professionalism, lower newspaper circulation and so on (Hallin & Mancini, 2012, p. 279).

Na perspetiva destes autores, os modelos de média geralmente estruturam-se pela forma como o regime político se articula com o sistema de mediático, sendo determinante o estabelecimento de modelos democráticos de governação.

No caso português, a Revolução de 1974 encerrou um período de quase 50 anos de ditadura. O golpe revolucionário deu lugar ao chamado Processo Revolucionário Permanente (PREC), durante o qual Portugal iniciou o caminho do socialismo. Os principais grupos financeiros, bancos e seguradoras foram nacionalizados, e as empresas de media e da imprensa em particular, viram a propriedade nacionalizada, enquanto jornais e redações foram alvo de processos de politização muito radicais (Lima, 2014).

Nas duas décadas seguintes, a evolução da média foi marcada pela herança histórica da ditadura, e também por este período particularmente turbulento. Entre 1976 e 1988, diversos fatores contribuíram para criar um ambiente contraditório nas relações entre a imprensa e os poderes políticos. Durante esta fase, delinearam-se duas perspetivas sobre o papel do jornalismo e da imprensa, que ficaram patentes na integração no setor privado ou setor público. Este último era dominante e caracterizou-se pela manutenção de uma dependência do poder político, uma vez que a maioria dos meios de comunicação era apoiada pelo Estado, o que levou a formas de controlo político nas redações (Lima, 2014).

O setor público cresceu timidamente, mas também com o apoio estatal porque não havia tradição de consumo de notícias e, portanto, era difícil para a imprensa se desenvolver como um negócio, financiado pela circulação e pela publicidade. Ainda neste período, mas particularmente com o finalizar do processo de reprivatização dos jornais, um novo ciclo emergiu, com a criação de empresas e grupos jornalísticos, pelo lançamento de uma imprensa especializada, a afirmação do jornalismo investigativo e pela assunção da função de watchdog típico de uma imprensa enquadrada num sistema democrático.

Em todo este processo há ainda a destacar, brevemente, o marco que serviu de pano de fundo à atividade jornalística na nova democracia. A lei de imprensa de 1975, que prevaleceu por um longo período, colocava o foco na ideia de uma cidadania esclarecida e na contribuição que o jornalismo deveria ter na divulgação de assuntos políticos, numa visão típica dos sistemas mediáticos das democracias ocidentais. Os próprios jornalistas construíram uma autoimagem de independência política, que era diferente da imprensa partidária europeia e era, e ainda é, mais próxima dos jornais americanos do final do século 20, que não apresentavam preferências políticas (Gunther e Mughan, 2000, p. 11).

Existem algumas particularidades dos meios de comunicação portugueses que que

fazem com que a sua inclusão no grupo definido por Hallin e Mancini (2004), implique alguma ressalva. Embora seja verdade que existem muitos traços comuns que relacionam a história da imprensa portuguesa com outros exemplos do Sul da Europa, há um elemento diferenciador claro, o processo revolucionário de 1975, que levou a um percurso sem igual, comparado com outras transições democráticas.

Apesar das dificuldades em delinear um marco teórico claro para o período em que predominou a imprensa estatizada, parece ter existido uma clara preferência por um tipo de jornalismo muito marcado pela agenda política. Não fora a forma vincadamente institucional de relacionamento dos jornalistas com as fontes de poder, patente nas notícias dos jornais daquele período, poder-se-ia olhar para esta época como o primado do jornalismo de referência. Os jornais portugueses, a partir de 1974, concederam grande espaço à agenda política, ao noticiário internacional e também à economia. Sendo estas consideradas as editoriais típicas do “quality journalism” (Boczkowski & Mitchelstein, 2010), é também verdade que o jornalismo se define não só pelos conteúdos, mas também pelo discurso das notícias, os leitores a quem se dirige e, inevitavelmente, como um modelo de negócio, embora não se esgotando nele (Richardson, 2006).

Esta diversidade de objetivos terá sido a mais difícil de concretizar entre os anos 1976 e seguintes. De uma maneira geral os jornais estatizados praticaram um jornalismo muito marcado pelas fontes políticas e pela própria dinâmica da agenda daquele período, caracterizado por uma grande instabilidade governativa, mas também pela hierarquia das fontes, fossem elas partidárias, militares ou o Presidente da República.

Este modelo deixou de fora os formatos de sensacionalismo ou jornalismo tabloide, típicos da imprensa popular anglo-saxónica, que não encontraram bom acolhimento no caso português. Apesar disso, algumas das construções narrativas características deste fenómeno, acabaram por ser adotadas, como foi o caso do *Correio da Manhã*, lançado por Vítor Direito, em 1979. Com um início marcado por grandes dificuldades, este jornal acabaria por vingar e ter implantação na Grande Lisboa, tendo como público-alvo uma população menos instruída e com menor interesse nos debates políticos típicos da agenda dos títulos nacionais.

Definir esta publicação ou outras num perfil editorial sensacionalista carece ainda de estudos de conteúdo detalhado, contudo terá sido o próprio fundador do jornal, que cansado das polémicas partidárias se propôs o lançamento de um tabloide à maneira britânica, quer no design quer nos conteúdos” (“*Correio da Manhã*: o jornal que nasceu para responder às preocupações do ‘homem da rua’”, In *Público*, 2004). O *Jornal de Notícias*, embora não optando por uma tabloidização clara, também acabaria por regressar ao seu estilo de jornalismo de orientação mais popular, após o abandono do propósito editorial socialista (Lima, 2012).

A inclusão destes dois diários portugueses em linhas divergentes do modelo de jornalismo de referência faz-se por oposição e pela construção da agenda com base na inclusão quase sistemática de *soft-news* ou *fait-divers* que de alguma forma remetem para efeitos de tabloidização.

## Metodologia

O objetivo do estudo é procurar entender como se construíram os elementos de identidade editorial e a forma como se articularam com os seus leitores, através de uma análise de conteúdo, que tem como pano de fundo a prevalência do jornalismo de referência, mas onde, e por oposição, se assiste ao afirmar de um semanário de clara intenção sensacionalista. Este é um estudo preliminar, sendo espectável desenvolver posteriores investigações que incluam outros semanários para esta fase do jornalismo português, bem como o tratamento mais sistematizado das notícias recolhidas.

O *Expresso*, *Semanário* e *Tal & Qual* são os jornais escolhidos para o presente estudo de caso. O período de análise escolhido corresponde aos anos de 1983-84, numa fase da imprensa portuguesa em que o setor dos Estado é dominante, mas em que as temáticas da política eram também o eixo da maioria das agendas noticiosas. No campo da imprensa privada de âmbito nacional, destacamos três periódicos, sendo que dois deles foram lançados nesta década.

Para esta abordagem dos semanários são consideradas duas perspetivas: o jornalismo de referência e a emergência do formato tabloide. O jornalismo de referência ou *broadsheet* privilegia o tratamento das temáticas da política, internacional e economia. A linguagem é cuidada e os temas são abordados numa perspetiva aprofundada. (Franklin, Hamer, Hanna, Kinsey & Richardson, 2005; Preston, 2004). As definições do sensacionalismo radicam nos jornais anglo-saxónicos do século XIX, mas com a evolução da imprensa, alguns elementos-chave permitem uma melhor identificação do formato, como por exemplo a menor preponderância de *hard-news* e mais inclusão de *soft-news* (Kurtz, 1993; Esser, 1999; Patterson, 2000; Sparks, 2000). O foco das notícias centra-se mais em acontecimentos sobre a vida das pessoas comuns, ao mesmo tempo que se valorizam aspetos da vida privada (Sparks, 2000). A agenda tem maior enfoque sobre os acontecimentos nacionais e reduz o noticiário internacional (McLachlan & Golding, 2000; Conboy, 2006). O formato assume maior importância que o conteúdo (McLachlan & Golding, 2000). A estas características poderíamos ainda acrescentar o enquadramento de escândalo (Thompson, 2000). Alguns destes elementos acabariam por ser uma das linhas de desenvolvimento editorial do *Tal & Qual*, abordado no estudo de caso.

O *Expresso* opta pela manutenção e aperfeiçoamento do jornalismo *broadsheet*, enquanto que o *Semanário*, apesar de se inserir nas temáticas dos *quality papers*, inclui alguns elementos de *soft-news*.

## O setor privado da imprensa portuguesa: os semanários *Expresso*, *O Semanário e Tal & Qual*

No campo do setor privado da imprensa, destacamos neste estudo de caso e para o período de 1983-84, os três semanários que representam as linhas editoriais anteriormente definidas, mas que também se constituíram exemplos de projetos de maior folego e de aceitação por parte do público português.

O jornal *Expresso* foi lançado em 1973, por iniciativa de Francisco Pinto Balsemão, que procurou criar um semanário segundo o modelo dos britânicos *The Observer* e o *Sunday Times*, mas também com influências da revista francesa *L'Express* / “A História de 2080 semanas”, *Expresso*, 5 de janeiro de 2013 (“A História de 2080 semanas”, In *Expresso*: 2013). Ainda no tempo da ditadura e da censura, o seu slogan era “Expresso, o jornal dos que sabem ler”. De formato *broadsheet*, este semanário teve, desde os primeiros números, uma vocação para as temáticas da política, em que a ideia da perspetiva crítica face ao poder levou a embates com o regime censório ainda durante a ditadura, sendo visto como “irreverente” (Cavaco, 2012, p. 105). Após o 25 de Abril, o jornal teria também inúmeras fricções com os militares no período revolucionário. Já no período da democracia constitucional, a perspetiva de entender o jornalismo como *whatchdog* do sistema político manteve-se e foi continuada pelas diferentes chefias do semanário.

Nos anos aqui em estudo, 1983 corresponde a alguma indefinição, em razão da ida de Pinto Balsemão para a chefia do VIII Governo. Daqui resultou o desentendimento com Marcelo Rebelo de Sousa e a saída deste do jornal. Augusto de Carvalho assumiu o cargo de diretor interino e do *Expresso* e tinha como subdiretor José António Saraiva. No ano seguinte este seria já o novo diretor, sendo o redator principal Augusto de Carvalho. A década de 80 foi uma fase de crescimento e renovação da redação, com a entrada de vários jornalistas de referência e com o aumento de número de páginas do jornal e dos cadernos. A Revista ficaria a cargo de Vicente Jorge Silva.

Em termos de formato o *Expresso* tinha 24 páginas no caderno principal e dois suplementos, de paginação variável, mas em regra, podia ir às 70 páginas. O jornal tinha uma publicidade abundante em todos os cadernos. A agenda noticiosa era sobretudo constituída pelas editoriais nobres como política, economia, internacional. As páginas dedicadas à cultura cobriam, em regra muitos géneros típicos das elites, como música clássica, literatura, belas artes, embora não excluindo outras temáticas.

O *Expresso* publicava muitas notícias e géneros jornalísticos variados, as temáticas eram muito diversificadas, mas a política era a editoria dominante. Nos primeiros meses de 1983, o jornal dedica as manchetes e as notícias principais ao governo de aliança e à crise governativa. O ano seguinte seria também muito marcado pela crise governativa, mas também pelo papel desempenhado pelo Presidente da República. Na coluna Política à portuguesa,

José António Saraiva assinava o texto “CNARP: finalmente o partido”, explicando as movimentações em torno das hostes eanistas (“Eanismo o minuto zero”, In *Expresso*, 1984). O tom dos artigos é crítico e toca os diferentes setores partidários. O jornalismo praticado é em termos discursivos, de avaliação da situação política, com críticas ao PSD, PS e a todo o espectro político nacional ou local. Curiosamente, no debate eleitoral de 1983, o tom é de alguma amenidade para o CDS e PCP “40 mil palavras e 18 meses de austeridade” (*Expresso*, 1983).

Neste biénio o *Expresso* publicou também jornalismo de investigação, como um caso relativo a “luvas” na compra de aviões Lockheed, em março de 1983, o resvalar de contas na construção de habitação social, em maio do mesmo ano, assinado por Joaquim Vieira. No ano seguinte, durante o verão, saem série de notícias em vários números relativas às FP-25, sendo a primeira sobre a preparação de novos atentados (*Expresso*, 1984).

A Revista foi um dos elementos mais claros do tratamento do jornalismo em profundidade. O jornal agendava um tema e desenvolvia uma perspetiva informativa exaustiva e complementar. A título de exemplo, em maio de 1983 o jornal abordou a correlação entre a implantação partidária e o figurino social português, com recursos a diferentes géneros, imagem e infografias (“Domínio socio-económico e estrutura partidária”, In *Expresso*, 1983). Os temas da Revista eram muito variados, podendo incluir notícias de sociedade, saúde, as rádios, mas a política era também tratada neste caderno, quando se pretendia uma cobertura mais aprofundada (“PSD: trajeto de uma década”, In *Expresso*, 1984).

O *Semanário* foi lançado em 1983 e contou com jornalistas e por várias figuras marcantes da sociedade portuguesa. No projeto inicial participaram nomes como Marcelo Rebelo de Sousa, saído do *Expresso*, Proença de Carvalho, José Miguel Júdice, João Lencastre, Fernando Ulrich, entre outros. Tinha como diretor Victor Cunha Rego e o chefe de redação era José Mendonça da Cruz. A linha editorial deste semanário, para o período em análise, tinha pontos coincidentes com o *Expresso*, uma vez que a agenda noticiosa era sobretudo o noticiário político. Tinha também uma abordagem concorrencial e polémica com aquele semanário. As edições iniciais tinham menos páginas e de número variável, mas chegaria, em 1984, às 64. Acabaria por criar também um caderno, “Dossier”, onde se tratavam temas mais profundamente, mas que ficava aquém do tratamento do *Expresso*. A publicidade inicial era escassa, foi aumentando, mas nunca teve o mesmo volume que o seu rival.

O número de lançamento faz uma manchete com as chefias militares, assinado por Miguel Júdice, e a capa refere artigos de vários colunistas ilustres. No editorial vinha estipulado o propósito do *Semanário* que seriam as notícias de política, sociedade, economia e internacional, mas também a moralização das instituições (Estatuto editorial, In *Semanário*, 1983). No editorial assinado por Vítor Cunha Rêgo, o diretor prometia não fazer um jornalismo de subserviência: “Fora do sistema, fora da gestão do ‘poder’, da prática que se instalou, mas que vai chegando ao fim, irá marcar uma vontade.” (“O que nos Interessa”, In *Semanário*, 1983)

Uma grande parte do jornal era ocupada por colunas de opinião, assinadas por figuras

políticas ou jornalistas, que tocavam as diferentes notícias da agenda política. As perspectivas sobre economia eram também muito frequentes, sobretudo em temas de macroeconomia e a relação com a crise. Outros colunistas faziam abordagens mais abrangentes de temas de sociedade ou local, como Paulo Valada e Agustina Bessa-Luís. Marcelo assinava a coluna da penúltima página.

Os títulos das notícias, tal como no *Expresso*, eram muito avaliativos, mas podem ser vistos como mais adjetivantes, no sentido negativo: “A carta de Belém: um monstrosinho jurídico” (*Semanário*, 1983), “RTP o assalto em marcha” (*Semanário*, 1983) ou “Soares quer sair mas o PCP não vai nisso” (*Semanário*, 1984), são alguns exemplos de processos de enquadramento interpretativo.

Embora a política fosse o principal tema de agenda, o *Semanário* também incluía soft-news. Havia, semanalmente, uma página dedicada a eventos da sociedade lisboeta, como festas e estilos de moda. Um artigo sobre a boa forma de Jane Fonda é chamado à capa (*Semanário*, 1984) e a rubrica sobre mulheres é normalmente dedicada a temas de beleza e boa forma.

O semanário *Tal & Qual* foi fundado em 1980 por Joaquim Letria, e o título resulta de um programa com esse nome, que o jornalista tinha na *RTP*, mas que foi forçado a abandonar. A história do lançamento deste semanário foi dada a conhecer recentemente e o projeto nasceu de uma iniciativa conjunta de Joaquim Letria, Rocha Vieira, Ernâni Santos e Ramon Font (Rosa & Fafe, 2020). O primeiro diretor foi Joaquim Letria, sendo substituído, em 1984, por Rocha Vieira. Aquando do lançamento tinha 14 páginas. A publicidade inicial era escassa, mas acabaria por aumentar.

Desde o primeiro número que o jornal procurou ser uma “pedrada no charco” no meio jornalístico português e o recurso ao sensacionalismo foi assumido como uma forma diferente de fazer notícias: “o *Tal & Qual* publicará as histórias que não saem nos outros jornais”, segundo Rocha Vieira (Rosa & Fafe, 2020, p. 20). A visão crítica deste fundador em relação aos outros jornais está de acordo com a avaliação feita por Joaquim Letria, no mesmo livro: “Os jornais na altura não davam notícias’. Eram sinfonias de uma só pauta, repetição do mesmo eco, diligentemente vigiadas, por jornalistas convertidos em comissários.” (Rosa & Fafe, 2020, p. 19).

O jornal assumiu-se como tabloide sensacionalista, sendo as capas deste período constituídas por inúmeras manchetes de escândalo. No plano das editoriais o semanário apresentava grande variedade, mas notícias de sociedade tinham a primazia. A política também esteve muito presente, mas os títulos propunham interpretações de escândalo ou temas polémicos.

As peças de jornalismo de investigação não eram normalmente assinadas, o que era comum neste período. Tal como nos outros dois semanários, a notícia de investigação fazia-se com fontes omissas ou mencionadas de uma forma vaga. Segundo é também relatado no livro, eram usados pseudónimos nas peças mais polémicas ou a assinatura “Repórter *Tal & Qual*”.

Um dos enquadramentos claros de escândalo foi o recurso a temáticas de cariz sexual e

nestas, as fotografias eram abundantes e explícitas. O reforço da linha de jornalismo sensacionalista de escândalo é evidente neste período com duas capas relativas a figuras públicas: fotos da apresentadora Maria Elisa (*Tal & Qual*, 1983) tirados de um filme numa praia, que teria feito na juventude e um filme de cariz pornográfico protagonizado por Ana Zanatti num convento (*Tal & Qual*, 1983). Mas estas temáticas foram recorrentes na vida do jornal e a imagem de nus ou de cariz sexual abrange tantos nomes conhecidos da sociedade portuguesa, como ilustres desconhecidas.

A escolha do *Tal & Qual*, neste período específico de tempo, prende-se, particularmente, com o “Caso D. Branca”. Este representa um exemplo notável de jornalismo de investigação que abalou os alicerces do regime democrático. Em março de 1983 o jornal faz manchete com “D. Branca — uma banqueira às suas ordens”. A primeira leitura da notícia deixa algumas dúvidas quanto à forma como a informação chega ao jornalista, uma vez que não há fontes citadas. Contudo, a boa prática jornalística fica evidenciada porque se entende que o repórter procurou cruzar a informação. No livro sobre o jornal, é explicado como a informação chega à redação, como o jornalista Hernâni Santos entrevista a senhora e a onda de reações que se sucederam (“Só quero ajudar os pobres”, In *Tal & Qual*, 1984). A primeira grande notícia seria o início de muitas manchetes. As implicações do caso e o envolvimento de diversas personalidades acabariam por resultar no processo judicial e condenação da “banqueira do povo”. As consequências foram também políticas, obrigando à intervenção do ministro da Finanças, Ernâni Lopes (“Ernâni faz xeque a D. Branca”, In *Semanário*, 1984). Ainda que os outros dois semanários têm feito a cobertura deste escândalo financeiro, a verdade é que o *Tal & Qual* “fez” notícia e a demais imprensas foi atrás. É também certo que o tema foi tratado até à exaustão, como também é típico do jornalismo sensacionalista e dos enquadramentos de escândalo.

### **Considerações finais**

A imprensa diária generalista, saída do período revolucionário iniciado com o 25 de Abril de 1974 ficou maioritariamente inserida no setor estado. Nos anos posteriores e na década de 80, os jornais foram cauterizados por este modelo de gestão, mas também por um quadro generalizado de crise, que se acentuou com a perda do volume de vendas, o decréscimo da publicidade, o preço do papel e o aumento de custos com salários e pessoal. Configurou-se um cenário de crise do setor, com contornos complexos, alguns deles herdados do período da ditadura.

Dada a situação da estatização das empresas ou pelo facto de terem sido intervencionadas, a forma de obviar às dificuldades foi uma política de subsídios, que podia assumir diferentes formas. Contudo, não só as empresas sob a tutela dos governos usufruíram dos apoios, que abrangiam também o setor privado.

No plano noticioso, os jornais fizeram um jornalismo muito dependente das fontes institucionais e houve um articular de agendas com a hierarquia das fontes. Por outro lado, a grande instabilidade governativa era um tema que alimentava continuamente o *feed* de notícias. Os jornais do Estado tinham direções que rodavam ao sabor dos governos o que levou ao surgimento, por oposição, de títulos que procuraram fazer o discurso do contrapoder, mas não deixavam de ter um perfil editorial que dava a primazia à política.

Refletindo um pouco esta tendência, o estudo de caso aborda dois jornais que tinham como tema central a agenda política e, por contraste, um jornal que optou por um modelo diferente, centrado em notícias de sociedade. Os três semanários correspondem a modelos de jornalismo distintos, dirigidos a públicos diversos.

Partimos das concepções de jornalismo de referência e sensacionalismo e procuramos identificar no *Expresso*, *Semanário* e *Tal & Qual*, para os anos 1983-84, através do estudo de conteúdos, de que forma estes jornais se enquadram nestes modelos definidores.

Assim, o *Expresso*, pela organização editorial, pela preponderância dos temas de política, mas também pelo tratamento aprofundado de notícias mais complexas, entre outros múltiplos elementos, encaixa no modelo de *broadsheet journalism*, como era aliás expectável.

O jornal *Semanário* tem o mesmo propósito em termos de tratamento temático, mas o enquadramento dos títulos é muito mais valorativo. A abordagem crítica é também patente pelo grande espaço dado ao comentário e opinião, em detrimento da notícia. Por outro lado, este jornal faz um apelo a um tipo de diferente de leitores através de uma inclusão continuada de *soft-news*. É um *quality paper* no plano das editorias, mas tem um tom mais ligeiro quer na forma de escrita, quer na variedade das notícias mais populares.

O *Tal & Qual* é um semanário com um propósito declarado de sensacionalismo. Cumpre o modelo definido no campo teórico, e tem um enfoque forte em notícias de escândalo e de apelo sexual. A imagem é usada abundantemente e com o intuito de chocar. Os títulos são provocativos e os temas de sociedade preponderantes. Contudo, faz jornalismo de investigação e traz à luz uma das melhores histórias jornalísticas daquele período, embora sempre tratada de forma irreverente.

## Referências bibliográficas

- Alfaia, J. (1983). *Modernizar e garantir a liberdade: a comunicação social de 1981-82*. Grafiarte.
- Boczkowski PJ & Mitchellstein E. (2010). Is there a gap between the news choices of journalists and consumers? A relational and dynamic approach. *The International Journal of Press/Politics*, n.º 15 (4), pp. 420-440.
- Campbell, W. J. (2001). *Yellow journalism: picturing the myths, defining the legacies*. Praeger Publishers.
- Carvalho, A. A. (1986). *A liberdade de informação e o Conselho de Imprensa: 1975-1985*. Direção Geral da Comunicação Social.
- Conboy, M. (2006). *Tabloid Britain: constructing a community through language*. Routledge.
- Conselho de Imprensa (1979). *A imprensa escrita em Portugal: Abril de 1974 a Julho de 1976*. Conselho de Imprensa.
- Teixeira, C. (19 de Março de 2004) Matutino Faz Hoje 25 Anos. “Correio da Manhã”: o jornal que nasceu para responder às preocupações do “homem da rua”. In *Público*. <https://www.publico.pt/2004/03/19/portugal/noticia/correio-da-manha-o-jornal-que-nasceu-para-responder-as-preocupacoes-do-homem-da-rua-1188980>
- Esser, F. (1999). Tabloidization of news. A comparative analysis of Anglo-American and German press journalism. *European Journal of Communication*, n.º 14 (3), pp. 291-324.
- Franklin, B. Hamer, M., Hanna, M., Kinsey M. & Richardson, J. E. (2005). *Key concepts in journalism studies*. SAGE Publications Ltd.
- Castanheira, J. P. (8 de Janeiro de 2013). Expresso 40 anos — A História de 2080 semanas. In *Expresso*. [https://expresso.pt/site\\_expresso\\_40\\_anos/a-historia-de-2080-semanas=f777795](https://expresso.pt/site_expresso_40_anos/a-historia-de-2080-semanas=f777795)
- Gunther, R. & Mughan, A. (2000). *Democracy and the media: a comparative perspective*. Cambridge University Press.
- Hallin, D. C. & Mancini P. (2004). *Comparing media systems: three models of media and politics*. Cambridge University Press.
- Hallin, D. C. & P. Mancini (2012). Conclusion. In D. C. Hallin & P Mancini (eds.), *Comparing media systems beyond the Western World*, pp. 278-304. Cambridge University Press.
- Kurtz, H. (1993). *Media circus: the trouble with America's newspapers*. Random House.
- Lima, H. (2012). *A Imprensa portuense e os desafios da modernização*. Livros Horizonte.
- Lima, H. (2014). Portuguese democracy and patterns of transformation in national newspapers: a comparative model approach. In *Media Watch*, n.º 5 (3), pp. 345-357.
- McLachlan, S. & Golding, P. (2000). Tabloidization in the British Press: a quantitative investigation into changes in British newspapers 1952-1997. In C. Sparks & J. Tulloch (Eds.) *Tabloid tales: global debates over media standards*, pp. 75-90. Rowman and Littlefield Publishers.
- Mesquita, M. (1994). Os meios de comunicação social. In A. Reis (Coord.), *Portugal: 20 anos de democracia*, pp. 360-405. Círculo de Leitores,
- Patterson, T. E. (2000). *Doing well and doing good: how soft news and critical journalism are shrinking the news audience and weakening democracy — and what news outlets can do about it*. Harvard University Press.
- Preston, P. (2004). Tabloids: only the beginning. In *British Journalism Review*, 15 (1), pp. 50-55.
- Richardson, J. (2006). *Analysing newspapers: an approach from critical discourse analysis*. Macmillan Education.
- Serrano, E. (2006). *Jornalismo político em Portugal. A cobertura de eleições na imprensa na televisão (1976-2001)*. Edições Colibri.
- Sparks, C. & Tulloch, J. (Eds.). *Tabloid tales: global debates over media standards*. Rowman and Littlefield Publishers.
- Thompson, J. B. (2000). *Political scandal: power and visibility in the media age*. Polity Press.
- Vieira, Joaquim (1998). A emancipação do jornalismo português (1945-1995). In *Portugal nas Artes, nas Letras e nas Ideias*, pp. 45- 95. Centro Nacional de Cultura. *Programa do I Governo Constitucional*, 1976.

## Periódicos

- Expresso*, 23 de abril de 1983  
*Expresso*, 3 de maio de 1983  
*Expresso*, 14 de janeiro de 1984  
*Expresso*, 5 de maio de 1984  
*Expresso*, 12 de maio de 1984  
*Expresso*, 26 de maio de 1984  
*Expresso*, 30 de junho de 1984  
*Expresso*, 5 de janeiro de 2013  
*Semanário*, 26 de novembro de 1983  
*Semanário*, 17 de dezembro de 1983  
*Semanário*, 14 de janeiro de 1984  
*Semanário*, 31 de março de 1984  
*Semanário*, 9 de junho de 1984  
*Semanário*, 30 de novembro de 1984  
*Tal & Tal & Qual*, janeiro de 1983  
*Tal & Qual*, fevereiro de 1984  
*Tal & Qual*, junho de 1983